

Deputados usam dinheiro público para contratar cabos eleitorais

Servidores pagos pela Câmara trabalham nos Estados de origem dos parlamentares

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Parlamentares estão contratando com dinheiro público cabos eleitorais em seus Estados de origem. O deputado Beto Mansur (PPR-SP), por exemplo, deixou apenas três funcionários em seu gabinete em Brasília. Em Santos, sua cidade, reforçou a assessoria com a contratação de quatro servidores. Somados a outros nove funcionários que já trabalhavam por lá, Mansur

mantém em Santos 13 cabos eleitorais, todos pagos pela Câmara, com salários que vão de CR\$ 56,1 mil a CR\$ 794,2 mil.

Com a proximidade da eleição, cresceu a rotatividade de pessoal nos gabinetes dos deputados. A Coordenação de Assessoria Parlamentar da Câmara registrava cerca de 150 demissões e contratações de assessores a cada mês. Agora, o número está próximo das 500 exonerações e nomeações. Os funcionários de gabinete dos deputados são cerca de 3,5 mil e não pertencem ao quadro de pessoal da Câmara. São demitidos e contratados pelo próprio parlamentar, que para isso conta com a verba de CR\$ 4,5 milhões.

Para contratar um secretário parlamentar, o deputado tem apenas de apresentar o nome e a documentação à Diretoria Administrativa da Câmara. O deputado Júlio Cabral (PTB-RR) demitiu dois funcionários em Brasília e contratou um em Boa Vista. Ainda tem vagas a preencher com cabos eleitorais. O mesmo fez o deputado Joni Varisco (PMDB-PR).

“Não temos nenhuma responsabilidade sobre o pessoal do gabinete”, afirma o diretor-geral da

Câmara, Adelmar Sabino. Segundo ele, a palavra do parlamentar basta para que seja autorizada a contratação do funcionário. Este, além do salário, tem direito a vale-transporte e vale-refeição.

MANSUR
MANTÉM 13
FUNCIONÁRIOS
EM SANTOS

no início do ano, obriga o deputado a avisar à Câmara, um mês antes, que tem a intenção de afastar o funcionário.